

STF Teses do PJERJ - Repercussão Geral

Data da atualização: 23/01/2018

CÓD. (TJRJ)	SIT.	DESCRIÇÃO DO TEMA	PARADIGMA	TESE FIRMADA	AVISO	TEMA
1	-	Decretação de ofício da prescrição de crédito tributário sem a manifestação da Fazenda Pública.	RE 583.747/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 151
5	-	Revisão da pensão por morte concedida antes do advento da Lei nº 9.032/95.	RE 597.389/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A revisão de pensão por morte e demais benefícios, constituídos antes da entrada em vigor da Lei 9.032/1995, não pode ser realizada com base em novo coeficiente de cálculo estabelecido no referido diploma legal.		Tema 165
7	-	Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.	RE 588.954/SC RG Reconhecida			Tema 218
8	-	Relevância e urgência da medida provisória nº 2.170-36/2001 que disciplina a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.	RE 592.377/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Os requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62 da Constituição Federal estão presentes na Medida Provisória 2.170-36/2001, que autoriza a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.		Tema 33
13	-	Progressividade do IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	RE 601.234/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.		Tema 155
14	-	Reserva legal para fixação de limite de idade para ingresso nas Forças Armadas.	RE 600.885/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não foi recepcionada pela Constituição da República de 1988 a expressão "nos regulamentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica" do art. 10 da Lei 6.880/1980, dado que apenas lei pode definir os requisitos para ingresso nas Forças Armadas, notadamente o requisito de idade, nos termos do art. 142, § 3º, X, da Constituição de 1988. Descabe, portanto, a regulamentação por outra espécie normativa, ainda que por delegação legal.		Tema 121

15	-	Subsistência, após a Emenda Constitucional nº 19/98, dos subtetos salariais criados com amparo na redação original do art. 37, XI, da Constituição Federal.	RE 424.053/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A eficácia do inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, decorrente da redação da Emenda Constitucional nº 19/1998, condiciona-se à fixação do subsídio, mediante lei de iniciativa conjunta do Presidente da República, do Presidente do Supremo, do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado, persistindo a vigência do texto primitivo da Carta, no que definido o teto por Poder, consideradas as esferas federal e estadual.		Tema 282
23	-	Incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 para a Administração anular ato de concessão de aposentadoria.	RE 636.553/RS RG Reconhecida			Tema 445
25	-	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	RE 626.307/SP RG Reconhecida			Tema 264
25	-	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	RE 591.797/SP RG Reconhecida			Tema 265
26	-	Possibilidade de execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.	RE 573.872/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública não atrai o regime constitucional dos precatórios.	Determinada a suspensão Nacional em 26/10/16	Tema 45
27	-	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	RE 948.634/RS RG Reconhecida			Tema 123
31	-	a) Cobrança de taxa em razão de serviços públicos de limpeza; b) Adoção de um ou mais elementos que compõem a base de cálculo própria de imposto para apuração do valor de taxa.	RE 576.321/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal; II - A taxa cobrada em razão dos serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos ofende o art. 145, II, da Constituição Federal; III - É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.		Tema 146
34	-	Modulação dos efeitos de declaração incidental de inconstitucionalidade de lei municipal que instituiu a cobrança de IPTU com alíquotas progressivas, TIP e TCLL.	RE 592.321/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 175
35	-	Fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento de honorários advocatícios.	RE 564.132/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.		Tema 18

37	-	Exigência de reserva de plenário para as situações em que a Emenda Constitucional nº 29/2000 deixa de ser aplicada em face da incidência da versão primitiva da norma constitucional por ela modificada.	RE 586.693/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É constitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.		Tema 94
39	-	Índice de correção monetária incidente sobre verba a ser restituída a associados que se desligam de plano de previdência privada.	RE 582.504/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 174
44	-	Direito a honorários advocatícios quando a Defensoria Pública Estadual representa vencedor em demanda ajuizada contra o Estado ao qual é vinculada.	RE 592.730/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 134
45	-	Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007.	RE 579.167/AC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A Lei nº 11.464/07, que majorou o tempo necessário para progressão no cumprimento da pena, não se aplica a situações jurídicas que retratem crime hediondo ou equiparado cometido em momento anterior à respectiva vigência.		Tema 59
47	-	Prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução.	RE 590.871/RS RG Reconhecida			Tema 137
49	-	Nomeação de candidato classificado entre as vagas previstas no edital de concurso público.	RE 598.099/MS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital possui direito subjetivo à nomeação.		Tema 161
50	-	Termo <i>a quo</i> do prazo prescricional da ação de repetição de indébito relativa a tributos sujeitos a lançamento por homologação e pagos antecipadamente.	RE 566.621/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É inconstitucional o art. 4º, segunda parte, da Lei Complementar 118/2005, de modo que, para os tributos sujeitos a homologação, o novo prazo de 5 anos para a repetição ou compensação de indébito aplica-se tão somente às ações ajuizadas após o decurso da <i>vacatio legis</i> de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005.		Tema 4
52	-	Competência para julgamento de ação de interdito proibitório cuja causa de pedir decorre de movimento grevista.	RE 579.648/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Compete à Justiça do Trabalho o julgamento das ações de interdito proibitório em que se busca garantir o livre acesso de funcionários e de clientes às agências bancárias interditadas em decorrência de movimento grevista.		Tema 74
53	-	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	RE 566.471/RN RG Reconhecida			Tema 6

55	-	Constitucionalidade da instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.	RE 573.675/SC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.		Tema 44
62	-	a) Possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia; b) Justiça competente para dirimir controvérsias acerca da possibilidade de cobrança de ligações sem discriminação dos pulsos além da franquia.	RE 571.572/BA RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Compete à Justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente.		Tema 17
63	-	Exigência de reserva de plenário para as situações de não-aplicabilidade do art. 4º da Lei Complementar nº 118/2005 às ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	RE 580.108/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.		Tema 93
64	-	a) Tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa. b) Competência para processar e julgar ação em que se discute a legalidade da cobrança da tarifa básica de assinatura do serviço de telefonia fixa.	RE 567.454/BA RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - Compete à Justiça estadual processar e julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia que discutam a cobrança de assinatura básica mensal, quando a ANATEL não intervenha nos autos; II - Não viola o art. 98, I, da Constituição o julgamento e processamento das referidas causas por juizado especial, por se tratar de matéria exclusivamente de direito e que não apresenta complexidade; III - A resolução do mérito de tal controvérsia depende da interpretação da legislação infraconstitucional. (Inexistência de repercussão geral quanto à tarifa telefônica)		Tema 35
66	-	Individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública.	RE 568.645/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A interpretação do § 4º do art. 100, alterado e hoje § 8º do art. 100 da Constituição da República, permite o pagamento dos débitos em execução nos casos de litisconsórcio facultativo.		Tema 148
80	-	Incidência de juros de mora durante o prazo previsto na Constituição Federal para o pagamento de precatório.	RE 591.085/MS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 (redação original e redação da EC 30/2000) da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.		Tema 147
82	-	Pagamento a servidor público de salário-base inferior ao mínimo constitucional.	RE 582.019/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Os artigos 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/1998), da Constituição referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.		Tema 142
88	-	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.	RE 695.911/SP RG Reconhecida			Tema 492

90	-	Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo.	RE 565.714/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.	Tema 25
91	-	Acumulação por militar de dois cargos públicos na área de saúde.	RE 592.658/MG RG Inexistente Transitado em julgado		Tema 119
97	-	Valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante.	AI 742.460/RJ RG Inexistente Transitado em julgado		Tema 182
98	-	Aplicação do princípio da insignificância a crime de posse de substância entorpecente para uso próprio.	AI 747.522/RS RG Inexistente Transitado em julgado		Tema 183
99	-	Cálculo da quantidade de ações em que dividido o capital subscrito em uma sociedade anônima, referente aos contratos de participação financeira e subscrição de ações de telefonia, com complementação dos títulos acionários.	AI 729.263/RS RG Inexistente Transitado em julgado		Tema 178
102	-	Pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais.	RE 598.365/MG RG Inexistente Transitado em julgado		Tema 181
104	-	Cancelamento de descontos em folha de pagamento por posterior desinteresse do mutuário no seu prosseguimento.	RE 584.536/RS RG Inexistente Transitado em julgado		Tema 143
105	-	Exigência da comprovação de insuficiência econômico-financeira para a concessão de assistência judiciária gratuita a pessoas jurídicas.	RE 589.490/MG RG Inexistente Transitado em julgado		Tema 103
108	-	Incidência de ICMS sobre o fornecimento de água encanada por concessionárias.	RE 607.056/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O ICMS não incide sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público, dado que esse serviço não caracteriza uma operação de circulação de mercadoria.	Tema 326

110	-	Competência para processar e julgar ações indenizatórias decorrentes de acidente do trabalho propostas por sucessores do trabalhador falecido.	RE 600.091/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidentes de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive as propostas pelos sucessores do trabalhador falecido, salvo quando a sentença de mérito for anterior à promulgação da EC nº 45/04, hipótese em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça Comum.		Tema 242
111	-	Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto.	RE 573.232/SC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I – A previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal; II – As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados apontados na inicial.		Tema 82
112	-	Exigência do exame psicotécnico em concurso público, sem previsão em lei, e critérios de avaliação.	AI 758.533/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A exigência do exame psicotécnico em concurso depende de previsão em lei e no edital, e deve seguir critérios objetivos.		Tema 338
113	-	Fixação de honorários advocatícios em execução de sentença proferida em ação coletiva não-embargada pela Fazenda Pública.	RE 599.903/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 186
116	-	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade.	RE 602.347/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.		Tema 226
120	-	Indenização por danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.	RE 602.136/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 232
121	-	Aplicação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 nas ações ajuizadas anteriormente à sua vigência.	AI 842.063/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É compatível com a Constituição a aplicabilidade imediata do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com alteração pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, ainda que em relação às ações ajuizadas antes de sua entrada em vigor.		Tema 435
122	-	a) Indenização por danos morais decorrentes de vazamento de produtos químicos em um dos afluentes do Rio Paraíba do Sul; b) Competência dos Juizados Especiais para as causas respectivas.	RE 602.238/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 233

125	-	Responsabilidade civil de banco por danos decorrentes de indevida utilização de cartão de crédito.	AI 765.567/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 286
129	-	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	RE 636.331/RJ RG Reconhecida Julgado	Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.		Tema 210
130	-	Indenização por danos morais e materiais decorrentes de manipulação de resultados de partidas de futebol.	RE 565.138/BA RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 9
133	<u>CANCELADO</u>	Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática de crimes hediondos e equiparados.				Tema 192
134	-	Imposição de efeitos próprios de sentença penal condenatória à transação penal prevista na Lei nº 9.099/95.	RE 795.567/PR RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	As consequências jurídicas extra penais previstas no art. 91 do Código Penal são decorrentes de sentença penal condenatória. Tal não ocorre, portanto, quando há transação penal (art. 76 da Lei 9.099/1995), cuja sentença tem natureza meramente homologatória, sem qualquer juízo sobre a responsabilidade criminal do aceitante. As consequências geradas pela transação penal são essencialmente aquelas estipuladas por modo consensual no respectivo instrumento de acordo.		Tema 187
135	-	Poder de investigação do Ministério Público.	RE 593.727/MG RG Reconhecida Julgado Aguardando trânsito em julgado	O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/1994, art. 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa Instituição.		Tema 184
137	-	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	RE 593.849/MG RG Reconhecida Julgado	É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.		Tema 201
138	-	Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.	RE 579.431/RS RG Reconhecida Julgado	Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.		Tema 96

140	-	Base de cálculo do adicional por tempo de serviço de servidor público admitido antes da Emenda Constitucional nº 19/98.	RE 563.708/MS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - O art. 37, XIV, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 19/98, é autoaplicável; II - Não há direito adquirido a regime jurídico, notadamente à forma de composição da remuneração de servidores públicos, observada a garantia da irredutibilidade de vencimentos.		Tema 24
141	-	Declaração de hipossuficiência para obtenção de gratuidade de justiça.	AI 759.421/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 188
153	-	Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição.	RE 626.489/SE RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I – Inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário; II - Aplica-se o prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefícios concedidos, inclusive os anteriores ao advento da Medida Provisória 1.523/1997, hipótese em que a contagem do prazo deve iniciar-se em 1º de agosto de 1997.		Tema 313
159	-	Redução, de ofício, de multa fixada em sentença, no caso de descumprimento de obrigação de fazer.	RE 556.385/MS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 7
160	-	Necessidade de lei em sentido formal para a atualização do valor venal de imóveis.	RE 648.245/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.		Tema 211
161	-	Incidência do ISS sobre locação de bens móveis.	RE 626.706/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISS sobre operações de locação de bens móveis, dissociada da prestação de serviços.		Tema 212
162	-	a) Inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo; b) Emprego da taxa SELIC para fins tributários; c) Natureza de multa moratória fixada em 20% do valor do tributo.	RE 582.461/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I- É inconstitucional a inclusão do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na sua própria base de cálculo; II- É legítima a utilização, por lei, da taxa SELIC como índice de atualização de débitos tributários; III- Não é confiscatória a multa moratória no patamar de 20%.		Tema 214
163	-	Incidência do ICMS sobre venda de veículos salvados de sinistros.	RE 588.149/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.		Tema 216

164	-	Comprovação do poder de polícia para cobrança de taxa de localização e funcionamento.	RE 588.322/RO RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício.		Tema 217
165	-	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	RE 592.581/RS RG Reconhecida Julgado	É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes.		Tema 220
167	-	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.	RE 594.296/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo.		Tema 138
168	-	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	RE 565.089/SP RG Reconhecida			Tema 19
170	-	Exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.	RE 601.235/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo.		Tema 314
171	-	Direito de servidor comissionado exonerado receber férias não gozadas acrescidas de um terço.	RE 570.908/RN RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - O direito individual às férias é adquirido após o período de doze meses trabalhados, sendo devido o pagamento do terço constitucional independente do exercício desse direito; II - A ausência de previsão legal não pode restringir o direito ao pagamento do terço constitucional aos servidores exonerados de cargos comissionados que não usufruíram férias.		Tema 30
176	-	Possibilidade de prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro.	RE 466.343/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.		Tema 60
179	-	Anulação de ato administrativo pela Administração, com reflexo em interesses individuais, sem a instauração de procedimento administrativo.	RE 594.296/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo.		Tema 138

180	-	Extensão a beneficiários de plano de previdência privada complementar de vantagem outorgada a empregados ativos.	RE 590.005/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 219
187	-	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	RE 591.054/SC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado não pode ser considerada como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.		Tema 129
194	-	Competência de juizados especiais face à alegação de complexidade da prova.	ARE 640.671/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 433
196	-	Aplicação do art. 29 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, a benefícios concedidos antes da respectiva vigência.	RE 583.834/SC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Em razão do caráter contributivo do regime geral de previdência (CF/1988, art. 201, caput), o art. 29, § 5º, da Lei nº 8.213/1991 não se aplica à transformação de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, mas apenas a aposentadorias por invalidez precedidas de períodos de auxílio-doença intercalados com intervalos de atividade, sendo válido o art. 36, § 7º, do Decreto nº 3.048/1999, mesmo após a Lei nº 9.876/1999.		Tema 88
201	-	Pagamento de diferenças em razão de reenquadramento de servidor público do Município de Santos.	RE 611.162/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 290
204	-	Vinculação de receita proveniente de majoração de alíquota do ICMS pela Lei paulista nº 9.903/97.	RE 585.535/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não viola o art. 167, IV, da Constituição Federal lei estadual que, ao prever o aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, impõe ao Chefe do Executivo a divulgação da aplicação dos recursos provenientes desse aumento.		Tema 92
206	-	Competência para processar e julgar causas que envolvam complementação de aposentadoria por entidades de previdência privada.	RE 586.453/SE RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Compete à Justiça comum o processamento de demandas ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria, mantendo-se na Justiça Federal do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, todas as causas dessa espécie em que houver sido proferida sentença de mérito até 20/2/2013.		Tema 190
209	-	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	RE 603.497/MG RG Reconhecida Julgado			Tema 247
212	-	Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais.	AI 791.292/PE RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas.		Tema 339

215	-	Aplicação da imunidade tributária recíproca às sociedades de economia mista que prestam serviços de saúde exclusivamente pelo SUS.	RE 580.264/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não foi fixada tese de repercussão geral, visto que a decisão de mérito do RE 580.264 vale apenas para o caso concreto, em razão de suas peculiaridades.		Tema 115
220	-	Condições para a promoção de policial militar.	RE 633.244/CE RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 375
221	-	Direito de filha de ex-servidor, solteira e maior de 21 anos, receber pensão.	RE 610.220/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 271
226	-	Multa por litigância de má-fé.	RE 633.360/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 401
228	-	Incidência de ICMS na importação de equipamento médico por sociedade civil não contribuinte do referido imposto.	RE 439.796/PR RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Após a Emenda Constitucional 33/2001, é constitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedica habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.		Tema 171
231	-	Auto-aplicabilidade do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 40/2003.	RE 582.650/BA RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A norma do § 3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar. (Julgado apenas quanto à possibilidade de fixação de juros acima de 12% e ratificação da súmula 648 do STF)		Tema 98
233	-	Extensão aos inativos da GDASST em 60 pontos a partir da Medida Provisória nº 198/94, convertida na Lei nº 10.971/2004.	RE 572.052/RN RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A Gratificação de Desempenho de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho - GDASST deve ser estendida aos inativos nas mesmas condições em que concedida aos servidores em atividade, ou seja, no valor de 60 (sessenta) pontos, a partir do advento da Medida Provisória 198/2004, convertida na Lei 10.971/2004, que alterou a sua base de cálculo. Isso porque, embora de natureza pro labore faciendo, a falta de regulamentação das avaliações de desempenho transmudou a GDASST em uma gratificação de natureza genérica, extensível aos servidores inativos.		Tema 67
247	-	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	RE 596.701/MG RG Reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 18/10/16	Tema 160

249	-	Responsabilidade do Estado por danos morais decorrentes de superlotação carcerária.	RE 580.252/MS RG Reconhecida Julgado	Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.		Tema 365
253	-	Competência para processar e julgar ação que visa compelir os entes políticos das três esferas do governo a fornecer medicamentos à pessoa carente, quando o valor da causa é inferior ao limite de sessenta salários mínimos.	AI 768.339/SC RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 213
254	-	Exigibilidade do porte de remessa e retorno de autos de autarquia federal no âmbito da Justiça Estadual.	RE 594.116/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Aplica-se o § 1º do art. 511 do Código de Processo Civil para dispensa de porte de remessa e retorno ao exonerar o seu respectivo recolhimento por parte do INSS.		Tema 135
259	-	Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.	RE 581.947/RO RG Reconhecida Julgado	É inconstitucional a cobrança de taxa, espécie tributária, pelo uso de espaços públicos dos municípios por concessionárias prestadoras do serviço público de fornecimento de energia elétrica.		Tema 261
261	-	Critério de reajuste de saldo devedor de contrato de mútuo firmado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação para posterior amortização.	RE 579.073/DF RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 200
262	-	Incidência de ICMS sobre os serviços prestados pelos provedores de acesso à internet.	RE 583.327/MG RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 263
263	-	Exigibilidade da contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares.	RE 586.620/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 230
264	-	Estorno na remuneração de auditores fiscais do Estado de Rondônia com base no subsídio do Governador.	RE 576.336/RO RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 81
265	-	Incidência do ICMS na importação de mercadoria por meio de arrendamento mercantil internacional.	RE 540.829/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não incide o ICMS na operação de arrendamento mercantil internacional, salvo na hipótese de antecipação da opção de compra, quando configurada a transferência da titularidade do bem.		Tema 297

266	-	Interrupção do prazo prescricional na execução fiscal.	RE 602.883/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 288
267	-	Extensão da verba de incentivo de aprimoramento à docência prevista no art. 3º da Lei Complementar nº 159/2004 do Estado de Mato Grosso a professores inativos.	RE 596.962/MT RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - As vantagens remuneratórias legítimas e de caráter geral conferidas a determinada categoria, carreira ou, indistintamente, a servidores públicos, por serem vantagens genéricas, são extensíveis aos servidores inativos e pensionistas; II - Nesses casos, a extensão alcança os servidores que tenham ingressado no serviço público antes da publicação das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 e se aposentado ou adquirido o direito à aposentadoria antes da EC 41/2003; III - Com relação àqueles servidores que se aposentaram após a EC 41/2003, deverão ser observados os requisitos estabelecidos na regra de transição contida no seu art. 7º, em virtude da extinção da paridade integral entre ativos e inativos contida no art. 40, § 8º, da CF para os servidores que ingressaram no serviço público após a publicação da referida emenda; IV - Por fim, com relação aos servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003 e se aposentaram ou adquiriram o direito à aposentadoria após a sua edição, é necessário observar a incidência das regras de transição fixadas pela EC 47/2005, a qual estabeleceu efeitos retroativos à data de vigência da EC 41/2003, conforme decidido nos autos do RE 590.260/SP, Plenário, Rel. MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 24/6/2009.		Tema 156
269	-	Direito de servidor à diferença de remuneração em virtude de desvio de função.	RE 578.657/RN RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 73
270	-	Penhorabilidade de bem de família de fiador de contrato de locação.	RE 612.360/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, em virtude da compatibilidade da exceção prevista no art. 3º, VII, da Lei 8.009/1990 com o direito à moradia consagrado no art. 6º da Constituição Federal, com redação da EC 26/2000.		Tema 295
271	-	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	RE 560.900/DF RG Reconhecida			Tema 22
272	-	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	RE 784.439/DF RG Reconhecida			Tema 296
273	-	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, a gratificação natalina, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	RE 593.068/SC RG Reconhecida			Tema 163

274	-	Competência dos Municípios para legislar sobre tempo máximo de espera de clientes em filas de bancos.	RE 610.221/SC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, notadamente sobre a definição do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.		Tema 272
280	-	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	RE 593.824/SC RG Reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 25/10/16	Tema 176
287	-	Incidência do ISS sobre os contratos de franquia.	RE 603.136/RJ RG Reconhecida			Tema 300
288	-	Extensão da Gratificação por Atividade de Magistério aos servidores inativos que ingressaram no serviço público até a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003.	RE 590.260/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005.		Tema 139
289	-	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.	RE 635.688/RS RG Reconhecida Julgado	A redução da base de cálculo de ICMS equivale à isenção parcial, o que acarreta a anulação proporcional de crédito relativo às operações anteriores, salvo disposição em lei estadual em sentido contrário.		Tema 299
291	-	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.	RE 592.317/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não cabe, ao Poder Judiciário, que não tem a função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.		Tema 315
294	-	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.	RE 600.010/SP RG Reconhecida			Tema 254
295	-	Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar.	RE 605.481/SP RG Reconhecida			Tema 266
296	-	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	RE 586.068/PR RG Reconhecida			Tema 100
297	-	Crítérios de correção monetária para a devolução de empréstimo compulsório de energia elétrica.	AI 735.933/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 319

298	-	Remarcação de teste de aptidão física em concurso público.	RE 630.733/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Inexiste direito dos candidatos em concurso público à prova de segunda chamada nos teste de aptidão física, salvo contrária disposição editalícia, em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, mantida a validade das provas de segunda chamada realizadas até 15/5/2013, em nome da segurança jurídica.		Tema 335
299	-	Valor do auxílio-acidente inferior ao salário mínimo.	ARE 705.141/PR RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 609
300	-	Imunidade tributária recíproca do responsável tributário por sucessão.	RE 599.176/PR RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.		Tema 224
301	-	Reserva de lei complementar estadual de contribuição compulsória para custeio de assistência médico-hospitalar.	RE 573.540/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - Os Estados membros possuem competência apenas para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores. Falece-lhes, portanto, competência para a criação de contribuição ou qualquer outra espécie tributária destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores; II - Não há óbice constitucional à prestação, pelos Estados, de serviços de saúde a seus servidores, desde que a adesão a esses "planos" seja facultativa.		Tema 55
302	-	Direito de servidores públicos do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte à Gratificação Especial de Técnico de Nível Superior - GTNS.	AI 746.996/RN RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 275
303	-	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	RE 605.533/MG RG Reconhecida			Tema 262
306	-	Acumulação por militar de dois cargos públicos: um de natureza militar e outro de professor.	RE 579.720/MG RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 65
308	-	Cabimento do mandado de segurança contra decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei nº 9.099/95.	RE 576.847/BA RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não cabe mandado de segurança das decisões interlocutórias exaradas em processos submetidos ao rito da Lei 9.099/1995.		Tema 77

310	-	Incidência do ISS sobre operações de arrendamento mercantil.	RE 592.905/SC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre as operações de arrendamento mercantil (leasing financeiro).		Tema 125
312	-	Cobrança de ICMS sobre serviço de habilitação de celular.	RE 592.887/AC RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 301
313	-	Extensão da vantagem denominada Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ a servidores inativos.	RE 627.637/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 316
314	-	Responsabilidade objetiva do Estado em caso de responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público em relação a terceiros não-usuários do serviço.	RE 591.874/MS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.		Tema 130
315	-	Restituição dos valores pagos a consórcio em razão de desistência do consorciado.	RE 628.914/PR RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 332
316	-	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	RE 627.106/PR RG Reconhecida			Tema 249
317	-	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	RE 601.967/RS RG Reconhecida			Tema 346
318	-	Aplicabilidade do regime de precatórios às entidades da Administração Indireta prestadoras de serviços públicos essenciais.	RE 599.628/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Sociedades de economia mista que desenvolvem atividade econômica em regime concorrencial não se beneficiam do regime de precatórios, previsto no art. 100 da Constituição da República.		Tema 253
319	-	Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.	RE 607.582/RS RG Reconhecida			Tema 289
320	-	Termo final de vigência do crédito-prêmio do IPI instituído pelo Decreto-lei nº 491/69.	RE 561.485/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O crédito-prêmio de IPI, incentivo fiscal de natureza setorial instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei 491/1969, deixou de vigorar em 5/10/1990 ante a ausência de sua confirmação por lei no prazo de dois anos após a publicação da Constituição de 1988, conforme definido no § 1º do art. 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.		Tema 63

321	-	Adicional noturno para policiais civis que trabalham sob o regime de plantão.	AI 783.172/MG RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 276
322	-	Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	RE 595.107/PR RG Reconhecida			Tema 167
323	-	Revisão de auxílio-acidente concedido antes do advento da Lei nº 9.032/95.	RE 613.033/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É inviável a aplicação retroativa da majoração prevista na Lei nº 9.032/1995 aos benefícios de auxílio-acidente concedidos em data anterior à sua vigência.		Tema 388
326	-	Direito adquirido à forma de cálculo de parcelas incorporadas à remuneração.	RE 563.965/RN RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - Não há direito adquirido a regime jurídico, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos; II - A Lei complementar 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração.		Tema 41
327	-	Requisitos do mandado de segurança.	AI 800.074/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 318
329	-	Imunidade de ICMS sobre produtos e serviços adquiridos por entidade filantrópica.	RE 608.872/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.		Tema 342
330	-	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	RE 603.580/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Os pensionistas de servidor falecido posteriormente à EC 41/2003 têm direito à paridade com servidores em atividade (EC 41/2003, art. 7º), caso se enquadrem na regra de transição prevista no art. 3º da EC 47/2005. Não tem, contudo, direito à integralidade (CF, art. 40, § 7º, inciso I).		Tema 396
337	-	Termo inicial dos juros moratórios nas ações de repetição de indébito tributário.	RE 596.492/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 243
338	-	Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.	RE 595.676/RJ RG Reconhecida Julgado	A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.		Tema 259

339	-	Devolução de contribuição previdenciária cobrada de servidor inativo ou pensionista, no período compreendido entre a EC 20/98 e a EC 41/2003.	RE 580.871/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É devida a devolução aos pensionistas e inativos, perante o Juízo competente para a execução, da contribuição previdenciária indevidamente recolhida no período entre a EC 20/1998 e a EC 41/2003, sob pena de enriquecimento ilícito do ente estatal.		Tema 343
340	-	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	RE 638.115/CE RG Reconhecida Julgado	Ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal.		Tema 395
341	-	Sujeito ativo competente para cobrança do ISS.	AI 790.283/DF RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 287
342	-	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	RE 630.852/RS RG Reconhecida			Tema 381
344	-	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.	RE 561.836/RN RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - Ao editar a Lei 8.880/1994, a União legislou sobre o sistema monetário e exerceu a sua competência prevista no art. 22, VI, da Constituição de 1988. Assim, qualquer lei, seja ela estadual ou municipal, que discipline a conversão da moeda Cruzeiro Real em URV no que tange à remuneração de seus servidores de uma forma incompatível com a prevista na Lei nº 8.880/94 será inconstitucional, mormente quando acarretar redução de vencimentos; II - O término da incorporação, na remuneração do servidor, do percentual devido em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória.		Tema 5
346	-	Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.	RE 564.354/SE RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional.		Tema 76
347	-	Alteração judicial, ao patamar de 12% ao ano, de juros contratados após a Emenda Constitucional nº 40/2003.	AI 804.209/MS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 310
350	-	Extensão a outros servidores públicos militares em atividade da Gratificação de Encargos Especiais-GEE.	ARE 641.543/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 428

354	-	Fixação de pena aquém do mínimo legal, em face da incidência de circunstância genérica atenuante.	RE 597.270/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Circunstância atenuante genérica não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.		Tema 158
355	-	Responsabilidade civil por dano material em face de relações contratuais e extracontratuais.	ARE 640.525/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 417
357	-	Direito adquirido de servidores públicos estaduais aposentados à permanência em determinada classe, não obstante o advento de lei estadual que, ao promover a reclassificação de cargos, reenquadra-os em classe inferior.	RE 606.199/PR RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Desde que mantida a irredutibilidade, não tem o servidor inativo, embora aposentado na última classe da carreira anterior, o direito de perceber proventos correspondentes aos da última classe da nova carreira, reestruturada por lei superveniente.		Tema 439
358	-	<i>Quantum</i> indenizatório de condenação por danos morais e materiais decorrentes da relação entre concessionária de serviço público e consumidor.	AI 839.695/AM RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 413
359	-	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	RE 630.137/RS RG Reconhecida			Tema 317
360	-	Equiparação remuneratória entre procuradores autárquicos e procuradores estaduais.	RE 562.581/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 23
361	-	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	RE 1.053.574/RS RG Reconhecida			Tema 415
363	-	Adoção pelo Poder Judiciário de critérios normativos estaduais como fundamento para extinguir ações de execução fiscal ajuizadas pelo Município.	RE 591.033/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Lei estadual autorizadora da não inscrição em dívida ativa e do não ajuizamento de débitos de pequeno valor é insuscetível de aplicação a Município e, conseqüentemente, não serve de fundamento para a extinção das execuções fiscais que promova, sob pena de violação à sua competência tributária.		Tema 109
365	-	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	RE 639.138/RS RG Reconhecida			Tema 452
366	-	Revisão de contrato celebrado com entidade fechada de previdência complementar.	ARE 642.137/MG RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 466

367	-	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público.	RE 601.720/RJ RG Reconhecida Julgado	Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.	Determinada a suspensão Nacional em 25/10/16	Tema 437
368	-	Requisitos legais para enquadramento de pessoa jurídica como entidade beneficente de assistência social para fins de imunidade tributária.	RE 642.442/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 459
369	-	Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial.	ARE 639.228/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 424
370	-	Dever de as concessionárias de serviços públicos cumprirem suas obrigações contratuais mesmo que em área de risco à integridade física de seus funcionários.	AI 844.777/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 419
372	-	Direito do consumidor à exibição de documentos.	ARE 643.085/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 458
374	-	Competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.	ARE 639.496/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É incompatível com a Constituição lei municipal que impõe sanção mais gravosa que a prevista no Código de Trânsito Brasileiro, por extrapolar a competência legislativa do município.		Tema 430
375	-	Cláusulas de barreira ou afunilamento em concurso público.	RE 635.739/AL RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É constitucional a regra inserida no edital de concurso público, denominada cláusula de barreira, com o intuito de selecionar apenas os candidatos mais bem classificados para prosseguir no certame.		Tema 376
377	-	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003.	RE 606.358/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Computam-se, para efeito de observância do teto remuneratório do art. 37, XI, da Constituição da República, também os valores percebidos anteriormente à vigência da Emenda Constitucional 41/2003 a título de vantagens pessoais pelo servidor público, dispensada a restituição dos valores recebidos em excesso e de boa-fé até o dia 18 de novembro de 2015.		Tema 257
378	-	Restituição de valores descontados compulsoriamente a título de contribuição previdenciária declarada inconstitucional.	RE 633.329/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 407

379	-	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	RE 608.482/RN RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado.		Tema 476
381	-	Ilegalidade de cláusulas previstas em contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor.	ARE 640.713/PR RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 461
386	-	Trancamento da ação penal, em <i>habeas corpus</i> , por falta de justa causa, sem a submissão de acusados de crime doloso contra a vida ao Tribunal do Júri.	RE 593.443/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Qualquer decisão do Poder Judiciário que rejeite denúncia, que impronuncie ou absolva, sumariamente, os réus ou, ainda, que ordene a extinção, em sede de "habeas corpus", de procedimentos penais não transgredir o monopólio constitucional da ação penal pública (CF, art. 129, I) nem ofende os postulados do juiz natural (CF, art. 5º, inciso LIII) e da soberania do veredicto do Júri (CF, art. 5º, inciso XXXVIII, "c").		Tema 154
387	-	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	RE 609.381/GO RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O teto de retribuição estabelecido pela Emenda Constitucional 41/03 possui eficácia imediata, submetendo às referências de valor máximo nele discriminadas todas as verbas de natureza remuneratória percebidas pelos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ainda que adquiridas de acordo com regime legal anterior. Os valores que ultrapassam os limites estabelecidos para cada nível federativo na Constituição Federal constituem excesso cujo pagamento não pode ser reclamado com amparo na garantia da irredutibilidade de vencimentos.		Tema 480
388	-	Alcance do princípio da autodefesa frente ao crime de falsa identidade.	RE 640.139/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O princípio constitucional da autodefesa (art. 5º, LXIII, da CF/88) não alcança aquele que atribui falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes, sendo, portanto, típica a conduta praticada pelo agente (art. 307 do CP).		Tema 478
389	-	Sistema de reserva de vagas, como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade.	RE 597.285/RS RG Reconhecida Julgado	É constitucional o uso de ações afirmativas, tal como a utilização do sistema de reserva de vagas ("cotas") por critério étnico-racial, na seleção para ingresso no ensino superior público.		Tema 203
390	-	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	RE 632.853/CE RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não compete ao Poder Judiciário substituir a banca examinadora para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, salvo ocorrência de ilegalidade ou de inconstitucionalidade.		Tema 485
391	-	Aplicação do artigo 1º da Lei de Usura, que limita a taxa de juros a 12% ao ano, aos contratos bancários.	AI 844.474/MS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 421

394	-	Efeitos trabalhistas decorrentes de contratação pela Administração Pública de empregado não submetido à prévia aprovação em concurso público.	RE 705.140/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A Constituição de 1988 comina de nulidade as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público (CF, art. 37, § 2º), não gerando, essas contratações, quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos empregados contratados, a não ser o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.		Tema 308
395	-	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	RE 660.968/RS RG Reconhecida			Tema 441
396	-	Superação da coisa julgada para possibilitar nova ação de investigação de paternidade em face de viabilidade de realização de exame de DNA.	RE 363.889/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - É possível a repositura de ação de investigação de paternidade, quando anterior demanda idêntica, entre as mesmas partes, foi julgada improcedente, por falta de provas, em razão da parte interessada não dispor de condições econômicas para realizar o exame de DNA e o Estado não ter custeado a produção dessa prova; II - Deve ser relativizada a coisa julgada estabelecida em ações de investigação de paternidade em que não foi possível determinar-se a efetiva existência de vínculo genético a unir as partes, em decorrência da não realização do exame de DNA, meio de prova que pode fornecer segurança quase absoluta quanto à existência de tal vínculo.		Tema 392
397	-	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	RE 636.562/SC RG Reconhecida			Tema 390
398	-	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	RE 656.558/SP RG Reconhecida			Tema 309
403	-	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.	RE 611.639/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É constitucional o § 1º do artigo 1.361 do Código Civil no que revela a possibilidade de ter-se como constituída a propriedade fiduciária de veículos com o registro do contrato na repartição competente para o licenciamento do bem.		Tema 349
405	-	Âmbito de incidência de isenção de taxas judiciais, custas e emolumentos concedidos por lei estadual.	AI 826.496/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 389
406	-	Aposentadoria integral de servidor portador de doença grave não especificada em lei.	RE 656.860/MT RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A concessão de aposentadoria de servidor público por invalidez com proventos integrais exige que a doença incapacitante esteja prevista em rol taxativo da legislação de regência.		Tema 524

407	-	Isonomia quanto ao enquadramento como beneficiário do regime público de previdência complementar instituído por lei estadual.	RE 585.392/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 229
410	-	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	RE 666.156/RJ RG Reconhecida			Tema 523
413	-	Extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva em perspectiva.	RE 602.527/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É inadmissível a extinção da punibilidade em virtude da decretação da prescrição "em perspectiva, projetada ou antecipada", isto é, com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal.		Tema 239
418	-	Desconstituição de título executivo judicial mediante aplicação do parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil.	RE 611.503/SP RG Reconhecida			Tema 360
419	-	Extensão de regra mais benéfica concernente a férias prevista no Estatuto do Magistério estadual a professores contratados sob o regime temporário.	AI 776.522/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 250
421	-	Contagem especial de tempo de serviço, prestado sob condições insalubres, em período anterior à instituição do Regime Jurídico Único.	RE 612.358/ES RG Reconhecida			Tema 293
423	-	Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado, a quantia em dinheiro.	AI 841.548/PR RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É incompatível com a Constituição o reconhecimento às entidades paraestatais dos privilégios processuais concedidos à Fazenda Pública em execução de pagamento de quantia em dinheiro.		Tema 411
428	-	Competência de guarda municipal para lavrar auto de infração de trânsito.	RE 658.570/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.		Tema 472
429	-	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	RE 643.247/SP RG Reconhecida Julgado	A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.		Tema 16
430	-	Alcance da imunidade material concedida aos vereadores por suas opiniões, palavras e votos.	RE 600.063/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Nos limites da circunscrição do município e havendo pertinência com o exercício do mandato, garante-se a imunidade ao vereador.		Tema 469

431	-	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	RE 657.718/MG RG Reconhecida			Tema 500
434	-	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	RE 603.917/SC RG Reconhecida			Tema 382
435	-	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público.	RE 594.015/SP RG Reconhecida Julgado	A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.		Tema 385
437	-	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	RE 598.677/RS RG Reconhecida			Tema 456
444	-	Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve.	RE 693.456/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.		Tema 531
445	-	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	RE 635.659/SP RG Reconhecida			Tema 506
446	-	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	RE 883.168/SC RG Reconhecida			Tema 526
447	-	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	ARE 665.134/MG RG Reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 27/10/16	Tema 520
449	-	Cabimento de apelação em caso de execução fiscal com valor inferior a 50 ORTN.	ARE 637.975/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É compatível com a Constituição o art. 34 da Lei 6.830/1980, que afirma incabível apelação em casos de execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN.		Tema 408
453	-	Competência para processar e julgar ação em que se discute a prestação de benefícios previdenciários decorrentes de acidentes de trabalho.	RE 638.483/PB RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Compete à Justiça Comum Estadual julgar as ações acidentárias que, propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visem à prestação de benefícios relativos a acidentes de trabalho.		Tema 414

454	-	Prosseguimento de Execução Fiscal lastreada em Certidão de Dívida Ativa supostamente ilíquida.	AI 846.803/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 460
455	-	Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas prestadoras de serviços públicos.	ARE 638.315/BA RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, empresa pública prestadora de serviço público, faz jus à imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.		Tema 412
465	-	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	RE 976.566/PA RG Reconhecida			Tema 576
466	-	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.	RE 605.552/RS RG Reconhecida			Tema 379
474	-	Responsabilidade civil por danos morais e materiais decorrentes da negativa de cobertura por operadora de plano de saúde.	ARE 697.312/BA RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 611
475	-	Pagamento de mensalidades de instituições privadas de ensino superior de forma proporcional à quantidade de disciplinas cursadas. Autonomia universitária. Princípio da defesa do consumidor.	RE 641.005/PE RG Reconhecida			Tema 547
480	-	Direito à indenização por danos morais e materiais decorrentes da espera excessiva em fila de instituição financeira.	ARE 687.876/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 623
481	-	Cobrança de tarifas e taxas acessórias, vinculadas a contratos bancários (como, por exemplo, "de abertura de crédito", "de retorno", "de emissão de boleto" e "de cadastro").	ARE 675.505/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 614
484	-	Natureza do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais em relação a atos administrativos dos Municípios.	RE 576.920/RS RG Reconhecida			Tema 47
492	-	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	RE 1.066.677/MG RG Reconhecida			Tema 551
493	-	Excesso de execução decorrente de eventual erro de cálculo em processo alusivo a diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários.	ARE 690.819/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 587

494	-	Responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de detento.	RE 841.526/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento.		Tema 592
499	-	Preenchimento de requisitos exigidos em edital de concurso para provimento de cargo público.	ARE 690.113/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 567
503	-	Direito de servidores públicos ativos à conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária.	ARE 721.001/RJ RG Reconhecida Julgado			Tema 635
506	-	Caráter confiscatório da "multa isolada" por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	RE 640.452/RO RG Reconhecida			Tema 487
510	-	Imunidade tributária em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.	RE 630.790/SP RG Reconhecida			Tema 336
514	-	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	RE 1.057.258/MG RG Reconhecida			Tema 533
515	-	Natureza jurídica de verbas rescisórias para fins de incidência do imposto de renda.	AI 705.941/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 236
516	-	Legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública em defesa de interesses difusos.	RE 733.433/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.		Tema 607
519	-	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.367/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.	RE 687.813/RS RG Reconhecida			Tema 599
520	-	Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	RE 614.819/DF RG Reconhecida			Tema 28

524	-	Incidência do ISS sobre atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde.	RE 651.703/PR RG Reconhecida Julgado	As operadoras de planos privados de assistência à saúde (plano de saúde e seguro-saúde) realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88.		Tema 581
529	-	Delimitação da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN devido pela prestação de serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	ARE 699.362/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 641
530	-	Aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista.	RE 633.782/MG RG Reconhecida			Tema 532
535	-	Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.	RE 1.003.433/RJ RG Reconhecida			Tema 642
537	-	Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário.	RE 631.240/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas; II - A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado; III - Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão; IV - Nas ações ajuizadas antes da conclusão do julgamento do RE 631.240/MG (03/09/2014) que não tenham sido instruídas por prova do prévio requerimento administrativo, nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (a) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (b) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; e (c) as demais ações que não se enquadrem nos itens (a) e (b) serão sobrestadas e baixadas ao juiz de primeiro grau, que deverá intimar o autor a dar entrada no pedido administrativo em até 30 dias, sob pena de extinção do processo por falta de interesse em agir. Comprovada a postulação administrativa, o juiz intimará o INSS para se manifestar acerca do pedido em até 90 dias. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir; V - Em todos os casos acima – itens (a), (b) e (c) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.		Tema 350

538	-	Responsabilidade civil por danos morais em razão de ofensa à imagem.	ARE 739.382/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 657
539	-	Dedução da CSLL na apuração da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ.	RE 582.525/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É constitucional a proibição de deduzir-se o valor da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do montante apurado como lucro real, que constitui a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ.		Tema 75
549	-	Modificação do valor fixado a título de indenização por danos morais.	ARE 743.771/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 655
550	-	Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada.	ARE 748.371/MT RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 660
551	-	Competência legislativa para dispor sobre o transporte irregular de passageiros e a aplicação da penalidade de apreensão de veículos.	RE 661.702/DF RG Reconhecida			Tema 546
553	-	Possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável e de relação homoafetiva concomitantes, com o consequente rateio de pensão por morte.	RE 1.045.273/SE RG Reconhecida			Tema 529
554	-	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	RE 631.363/SP RG Reconhecida			Tema 284
555	-	a) Fornecimento de informações sobre movimentações financeiras ao Fisco sem autorização judicial, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001; b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.174/2001 para apuração de créditos tributários referentes a exercícios anteriores ao de sua vigência.	RE 601.314/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - O art. 6º da Lei Complementar 105/01 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, por meio do princípio da capacidade contributiva, bem como estabelece requisitos objetivos e o traslado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal; II - A Lei 10.174/01 não atrai a aplicação do princípio da irretroatividade das leis tributárias, tendo em vista o caráter instrumental da norma, nos termos do artigo 144, § 1º, do CTN.		Tema 225
556	-	Responsabilidade solidária da União pelo pagamento de correção monetária integral referente a crédito oriundo de devolução de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica.	AI 810.097/SC RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 489
557	-	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível <i>ad nutum</i> , ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	RE 842.844/SC RG Reconhecida			Tema 542

558	-	Realinhamento salarial de servidores públicos inativos, em face de modificações no regime próprio de previdência social.	ARE 652.235/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 566
559	-	Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.	RE 661.256/SC RG Reconhecida Julgado	No âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91.		Tema 503
560	-	Imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa.	RE 669.069/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.		Tema 666
561	-	Inexigibilidade de título judicial cujo fundamento contraria decisão superveniente do Superior Tribunal de Justiça sobre tema declarado de natureza infraconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	RE 638.706/MG RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 442
562	-	Cobrança de pulsos além da franquia.	AI 777.749/MG RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 274
566	-	Possibilidade de exclusão de policial militar da corporação mediante processo administrativo.	ARE 691.306/MS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É possível a exclusão, em processo administrativo, de policial militar que comete faltas disciplinares, independentemente do curso de ação penal instaurada em razão da mesma conduta.		Tema 565
567	-	Direito adquirido ao recebimento de complementação de aposentadoria calculada de acordo com as normas vigentes à época da adesão a contrato de plano de previdência privada.	ARE 742.083/DF RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 662
570	-	Alcance do direito sucessório em face de união estável homoafetiva.	RE 646.721/RS RG Reconhecida Julgado	No sistema constitucional vigente é inconstitucional a diferenciação de regime sucessório entre cônjuges e companheiros devendo ser aplicado em ambos os casos o regime estabelecido no artigo 1.829 do Código Civil. (A mesma tese foi fixada para o Tema 809)		Tema 498
571	-	Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.	RE 606.003/RS RG Reconhecida			Tema 550

574	-	Estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público.	ARE 678.112/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O estabelecimento de limite de idade para inscrição em concurso público apenas é legítimo quando justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.		Tema 646
575	-	Seqüestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	RE 659.172/SP RG Reconhecida			Tema 519
576	-	Incorporação de gratificação de função à remuneração de empregados públicos.	ARE 686.664/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 610
577	-	Teto remuneratório de procuradores municipais.	RE 663.696/MG RG Reconhecida			Tema 510
578	-	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	RE 628.075/RS RG Reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16	Tema 490
579	-	Contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada para fins de concessão de aposentadoria.	RE 650.851/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A imposição de restrições, por legislação local, à contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada para fins de concessão de aposentadoria viola o art. 202, § 2º, da Constituição Federal, com redação anterior à EC 20/98.		Tema 522
581	-	Remissão aos fundamentos adotados na sentença impugnada nos termos do § 5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95.	RE 635.729/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não afronta a exigência constitucional de motivação dos atos decisórios a decisão de Turma Recursal de Juizados Especiais que, em consonância com a Lei 9.099/1995, adota como razões de decidir os fundamentos contidos na sentença recorrida.		Tema 451
585	-	Conversão monetária de vencimentos de servidores públicos estaduais, sem intermédio de URV.	RE 631.444/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 539
587	-	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.	RE 898.060/SC RG Reconhecida Julgado	A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.		Tema 622
594	-	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.	RE 608.880/MT RG Reconhecida			Tema 362

595	-	Incidência do imposto de renda de pessoa física sobre rendimentos percebidos acumuladamente.	RE 614.406/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O Imposto de Renda incidente sobre verbas recebidas acumuladamente deve observar o regime de competência, aplicável a alíquota correspondente ao valor recebido mês a mês, e não a relativa ao total satisfeito de uma única vez.		Tema 368
605	-	Competência do Poder Legislativo municipal para estabelecer vantagens, benefícios e adicionais em favor de servidores municipais.	RE 590.829/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É inconstitucional, por afrontar a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, a normatização de direitos dos servidores públicos em lei orgânica do Município.		Tema 223
606	-	Incidência do adicional por tempo de serviço (quinquênio) sobre a integralidade dos vencimentos de servidor público.	RE 764.332/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 702
607	-	Imunidade tributária de livro eletrônico (e-book) gravado em CD-ROM.	RE 330.817/RJ RG Reconhecida Julgado	A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.		Tema 593
609	-	Promoção de policiais militares ao grau hierarquicamente superior quando transferidos para a reserva remunerada.	ARE 717.898/SC RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 687
610	-	Possibilidade de se emprestar o caráter de revisão geral anual à vantagem pecuniária individual concedida a servidores públicos federais pela Lei 10.698/2003.	ARE 800.721/PE RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 719
614	-	Constitucionalidade de taxa cobrada em razão da expedição de guias de recolhimento de tributos.	RE 789.218/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	São inconstitucionais a instituição e a cobrança de taxas por emissão ou remessa de carnês/guias de recolhimento de tributos.		Tema 721
617	-	Possibilidade de o Poder Judiciário determinar o cumprimento de lei complementar estadual que, sem prévia dotação orçamentária, concedeu reajuste salarial a servidores públicos.	ARE 792.107/RN RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 710
619	-	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.	RE 958.252/MG RG Reconhecida			Tema 725
622	-	Restituição de verbas de natureza alimentar pagas indevidamente pela Administração Pública a beneficiário de boa-fé.	AI 841.473/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 425

624	-	Constitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre as hipóteses de contratação temporária de servidores públicos.	RE 658.026/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para que se considere válida a contratação temporária de servidores públicos, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a contratação seja indispensável, sendo vedada para os serviços ordinários permanentes do Estado que estejam sob o espectro das contingências normais da Administração.		Tema 612
625	-	Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.	RE 658.999/SC RG Reconhecida			Tema 627
629	-	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição Federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	RE 714.139/SC RG Reconhecida			Tema 745
630	-	Direito à nomeação de candidato aprovado em concurso público em face de posteriores contratações temporárias, nas hipóteses em que não fica comprovada a preterição.	ARE 808.524/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 735
631	-	Competência legislativa estadual para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.	ARE 649.379/RJ RG Reconhecida			Tema 491
632	-	Pressupostos de admissibilidade de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.	AI 751.478/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 248
633	-	Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.	RE 678.360/RS RG Reconhecida			Tema 558
634	-	Constitucionalidade da redução dos valores de indenização do Seguro DPVAT pela Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007.	ARE 704.520/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	São constitucionais as alterações procedidas pelo art. 8º da Lei 11.482/2007 no art. 3º da Lei 6.194/1974, que ensejaram a redução dos valores das indenizações pagas a título de seguro obrigatório por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT).		Tema 771
647	-	Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde.	RE 597.064/RJ RG Reconhecida			Tema 345

649	-	Competência para processar e julgar causas relativas a prestações por parte de Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS, oferecida pela Petrobras a seus empregados e respectivos dependentes.	ARE 808.726/RN RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 740
650	-	Direito de candidatos aprovados em concurso público a indenização por danos materiais em razão de alegada demora na nomeação, efetivada apenas após o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheceu o direito à investidura.	RE 724.347/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.		Tema 671
656	-	Incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de computador (software) desenvolvidos para clientes de forma personalizada.	RE 688.223/PR RG Reconhecida			Tema 590
657	-	Prazo prescricional para a cobrança de contribuições sociais devidas à Seguridade Social.	RE 559.943/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.		Tema 3
658	-	Responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções.	RE 842.846/SC RG Reconhecida			Tema 777
661	-	Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.	RE 603.616/RO RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.		Tema 280
663	-	Direito à nomeação de candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital de concurso público no caso de surgimento de novas vagas durante o prazo de validade do certame.	RE 837.311/PI RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: I - Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; II - Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; III - Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima.		Tema 784

665	-	Direito ao creditamento, após a Emenda Constitucional 42/2003, do ICMS decorrente da aquisição de bens de uso e de consumo empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, independentemente de regulamentação infraconstitucional.	RE 704.815/SC RG Reconhecida			Tema 633
673	-	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	RE 855.178/SE RG Reconhecida Julgado	O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, sendo responsabilidade solidária dos entes federados, podendo figurar no polo passivo qualquer um deles em conjunto ou isoladamente.		Tema 793
674	-	Eficácia temporal do art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, que restabeleceu a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente decorrente de doença grave.	RE 924.456/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Os efeitos financeiros das revisões de aposentadoria concedidas com base no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, introduzido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, somente se produzirão a partir da data de sua promulgação (30.3.2012).		Tema 754
675	-	Acumulação de pensões por morte, no caso de o servidor aposentado ter reingressado no serviço público, por meio de concurso, antes da edição da Emenda Constitucional nº 20/98, e ter falecido em data posterior ao seu advento.	RE 584.388/SC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É inconstitucional a percepção cumulativa de duas pensões estatutárias pela morte de servidor aposentado que reingressara no serviço público, por meio de concurso, antes da edição da EC 20/1998 e falecera após o seu advento.		Tema 162
677	-	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/1995 em matéria de indenização decorrente de acidente de trânsito.	ARE 836.819/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 797
679	-	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/95 em matéria de revisão contratual.	ARE 837.318/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 798
681	-	Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9099/95 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado.	ARE 835.833/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 800
683	-	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09.	RE 870.947/SE RG Reconhecida Julgado			Tema 810
690	-	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	RE 684.612/RJ RG Reconhecida			Tema 698

692	-	Aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.	RE 1.010.606/RJ RG Reconhecida			Tema 786
694	-	Medicamento ou tratamento terapêutico a ser fornecido pelo Poder Público sem menção na lista do SUS.	RE 916.799/RJ			-
700	-	Extensão, a servidores aposentados e pensionistas, dos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto DNER no Plano Especial de cargos do DNIT.	RE 677.730/RS RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Os servidores aposentados e pensionistas do extinto DNER fazem jus aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos que, provindos deste órgão, passaram a gozar dos benefícios e vantagens resultantes do Pleno Especial de Cargos do DNIT, instituído pela Lei 11.171/2005.		Tema 602
701	-	Legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública em que se questiona acordo firmado entre o contribuinte e o Poder Público para pagamento de dívida tributária.	RE 576.155/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial — TARE firmado entre o Poder Público e contribuinte, em face da legitimação ad causam que o texto constitucional lhe confere para defender o erário.		Tema 56
705	-	Competência legislativa municipal para restringir direito de férias de servidores municipais.	RE 593.448/MG RG Reconhecida			Tema 221
706	-	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	RE 607.107/MG RG Reconhecida			Tema 486
708	-	a) Legitimidade de tribunal de justiça para atuar em controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal contestada em face da Constituição Federal; b) Possibilidade de concessão de gratificação natalina, ou de outras espécies remuneratórias, a detentor de mandato eletivo remunerado por subsídio.	RE 650.898/RS RG Reconhecida Julgado	1) Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados; e 2) O art. 39, § 4º, da Constituição Federal não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário.		Tema 484
710	-	Limites objetivos da coisa julgada em sede de execução.	RE 596.663/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos.		Tema 494
711	-	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	RE 1.008.166/SC RG Reconhecida			Tema 548

712	-	Validade do cálculo do valor da verba denominada Complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime paga aos empregados da Petrobrás, descrita na Cláusula 35ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2009, mediante a subtração, no valor desse complemento, dos adicionais inerentes ao trabalho em condições especiais.	ARE 859.878/DF RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 795
713	-	Incidência do teto remuneratório no caso de acumulação de cargos públicos.	RE 612.975/MT RG Reconhecida Julgado	Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. (A mesma tese foi fixada para o Tema 384)		Tema 377
715	-	Cabimento de agravo interno contra decisão monocrática proferida no âmbito dos Juizados Especiais.	RE 612.359/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Cabe o julgamento monocrático no âmbito dos Juizados Especiais, desde que possível sua revisão pelo Órgão Colegiado.		Tema 294
718	-	Obrigatoriedade, ou não, de o Estado do Rio de Janeiro prestar assistência médico-hospitalar aos militares do estado, independentemente de contribuição.	ARE 842.214/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 868
719	-	Extensão, em relação aos servidores inativos, dos critérios de cálculo da GDATA e da GDASST estabelecidos para os servidores em atividade.	RE 597.154/PB RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A fixação da GDATA e da GDASST em relação aos servidores inativos deve obedecer aos critérios a que estão submetidos os servidores em atividade de acordo com a sucessão de leis de regência.		Tema 153
720	-	Possibilidade de aplicação de índices negativos para fins de correção monetária do valor devido a título de verba salarial.	RE 729.011/DF RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 749
721	-	Restituição de valores referentes à parcela denominada comissão de corretagem cobrada de consumidor que adquire imóvel diretamente de construtora ou de incorporadora.	RE 823.319/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 769
723	-	Verificação dos requisitos legais necessários para concessão de benefício previdenciário.	ARE 821.296/PE RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 766
725	-	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	RE 843.112/SP RG Reconhecida			Tema 624

728	-	Obrigatoriedade de pagamento, mediante o regime de precatórios, dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva.	RE 889.173/MS RG Reconhecida Julgado	O pagamento dos valores devidos pela Fazenda Pública entre a data da impetração do mandado de segurança e a efetiva implementação da ordem concessiva deve observar o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição Federal.		Tema 831
731	-	a) Necessidade de submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal; b) Constitucionalidade de restrições impostas pelo Estado ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando aquelas forem utilizadas como meio de cobrança indireta de tributos.	ARE 914.045/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - É desnecessária a submissão à regra da reserva de plenário quando a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário ou em Súmula deste Supremo Tribunal Federal; II - É inconstitucional a restrição ilegítima ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quando imposta como meio de cobrança indireta de tributos.		Tema 856
732	-	Indenização por dano moral em virtude de inadimplemento de cláusula contratual.	ARE 927.467/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 869
733	-	Imunidade do lucro da exportação à CSLL após a Emenda Constitucional nº 33/2001.	RE 564.413/SC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL incide sobre o lucro decorrente das exportações. A imunidade prevista no artigo 149, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 33/2001, não o alcança.		Tema 8
734	-	Concessão de aposentadoria especial a policiais civis nos termos da Lei Complementar nº 51/1985.	RE 567.110/AC RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O inciso I do artigo 1º da Lei complementar 51/1985 foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.		Tema 26
735	-	Possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada.	ARE 722.421/MG RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 799
736	-	Indenização por danos morais decorrentes da inscrição de consumidor em sistema de avaliação de crédito denominado "Concentre Scoring" (ou "Credit Scoring" ou "Credscore"), instituído e mantido pelo SERASA.	ARE 867.326/SC RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 802
737	-	Legitimidade da definição da data de entrada do requerimento administrativo como marco temporal dos efeitos financeiros da revisão de benefício previdenciário.	ARE 868.457/SC RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 805

738	-	Validade de dispositivos do Código Civil que atribuem direitos sucessórios distintos ao cônjuge e ao companheiro.	RE 878.694/MG RG Reconhecida Julgado	No sistema constitucional vigente é inconstitucional a diferenciação de regime sucessório entre cônjuges e companheiros devendo ser aplicado em ambos os casos o regime estabelecido no artigo 1.829 do Código Civil. (A mesma tese foi fixada para o Tema 498)		Tema 809
739	-	Incidência de ICMS sobre o valor pago a título de assinatura básica mensal pelo serviço de telefonia.	RE 912.888/RS RG Reconhecida Julgado	O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incide sobre a tarifa de assinatura básica mensal cobrada pelas prestadoras de serviços de telefonia, independentemente da franquia de minutos concedida ou não ao usuário.		Tema 827
740	-	Validade da cobrança de serviços e comissões, notadamente o Serviço de Assessoria Técnica Imobiliária - SATI, previstos em contrato de compra e venda de imóveis entre consumidores e construtora ou incorporadora.	RE 892.961/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 834
741	-	a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT.	RE 817.338/DF RG Reconhecida			Tema 839
742	-	Indenização por danos decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por empresa prestadora de serviço público.	ARE 900.968/BA RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 845
743	-	Limites subjetivos de sentença condenatória genérica transitada em julgado proferida nos autos de ação civil pública ajuizada por associação.	ARE 901.963/SC RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 848
744	-	Possibilidade de implementação da prestação de serviço público de transporte coletivo, considerado o art. 175 da Constituição Federal, mediante simples credenciamento, sem licitação.	RE 1.001.104/SP RG Reconhecida			Tema 854
745	-	Termo inicial da contagem do prazo para apresentação de defesa no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.	ARE 911.161/SC RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 862
746	-	Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).	RE 922.144/MG RG Reconhecida			Tema 865
747	-	Legitimidade da revisão de contrato já extinto.	ARE 919.285/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 866

748	-	Incidência do IPTU sobre lotes vagos de propriedade de instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.	RE 767.332/MG RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A imunidade tributária prevista no art. 150, VI, c, da CF/88 aplica-se aos bens imóveis, temporariamente ociosos, de propriedade das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos que atendam os requisitos legais.		Tema 693
749	-	Constitucionalidade de lei que, ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público, para o exercício das mesmas funções, determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção, sem a realização de concurso público.	RE 740.008/RR RG Reconhecida			Tema 697
752	-	Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.	RE 796.376/SC RG Reconhecida			Tema 796
753	-	Extinção de execução fiscal da União por falta de interesse de agir, em razão do valor irrisório do débito, com base em legislação federal.	RE 611.231/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 292
762	-	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.	RE 662.055/SP RG Reconhecida			Tema 837
763	-	Definição do órgão competente, se o Poder Legislativo ou o Tribunal de Contas, para julgar as contas de Chefe do Poder Executivo que age na qualidade de ordenador de despesas.	RE 848.826/DF RG Reconhecida Julgado	Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores.		Tema 835
765	-	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	RE 593.818/SC RG Reconhecida			Tema 150
767	-	Extensão, às complementações de aposentadoria, de benefício concedido indistintamente aos empregados ativos em razão de acordo coletivo de trabalho.	RE 659.109/BA RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 591
768	-	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	RE 852.475/SP RG Reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 19/10/16	Tema 897

773	-	Possibilidade de substituir-se a formalização de acórdão fundamentado por certidão a qual contenha o resultado de julgamento.	RE 575.144/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	O artigo 118, § 3º, do Regimento Interno do Superior Tribunal Militar — que prevê que o resultado do julgamento de agravo interposto perante aquela Corte será certificado nos autos pela Secretaria do Tribunal Pleno — não pode implicar a ausência de lavratura do acórdão, sob pena de afronta às garantias constitucionais da motivação e da publicidade dos pronunciamentos judiciais.		Tema 50
774	-	Segurança jurídica e decadência para o Instituto Nacional do Seguro Social proceder à revisão do critério de reajuste de aposentadoria e pensão por morte, em virtude de alegado erro da administração.	RE 699.535/RS RG Reconhecida			Tema 632
775	-	Ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da propriedade e sua função social, do devido processo legal e do acesso à Justiça em decorrência de rescisão contratual.	ARE 950.787/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 890
776	-	Ofensa ao princípio da inafastabilidade de jurisdição na hipótese em que há óbice processual intransponível ao julgamento do mérito.	RE 956.302/GO RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 895
778	-	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos e pensão.	RE 602.584/DF RG Reconhecida			Tema 359
780	-	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.	RE 729.744/MG RG Reconhecida Julgado	O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.		Tema 157
781	-	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado.	RE 730.462/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo não produz a automática reforma ou rescisão das decisões anteriores que tenham adotado entendimento diferente. Para que tal ocorra, será indispensável a interposição de recurso próprio ou, se for o caso, a propositura de ação rescisória própria, nos termos do art. 485 do CPC, observado o respectivo prazo decadencial (CPC, art. 495).		Tema 733
782	-	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	RE 600.867/SP RG Reconhecida			Tema 508
784	-	Indenização por dano moral decorrente de responsabilidade civil extracontratual.	ARE 945.271/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 880

—	-	Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.	RE 566.622/RS RG Reconhecida Julgado	Os requisitos para o gozo de imunidade não de estar previstos em lei complementar.	Determinada a suspensão Nacional em 25/10/16	Tema 32
—	-	Competência para processar e julgar a execução de créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.	RE 583.955/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Compete ao juízo comum falimentar processar e julgar a execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.		Tema 90
—	-	Conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37/2002 em requisições de pequeno valor.	RE 587.982/RS RG Reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 25/10/16	Tema 112
—	-	Recolhimento de FGTS na contratação de servidor público sem a prévia aprovação em concurso público.	RE 596.478/RR RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado			Tema 191
—	-	Restituição de valores recolhidos a maior a título de PIS e COFINS mediante o regime de substituição tributária.	RE 596.832/RJ RG Reconhecida			Tema 228
—	-	Gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.	RE 583.937/RJ RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	É lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.		Tema 237
—	-	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	RE 632.212/SP RG Reconhecida			Tema 285
—	-	Adicional de periculosidade em decorrência de armazenamento de agentes inflamáveis em prédio vertical.	AI 818.688/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 356
—	-	Extensão a servidor público inativo do Adicional de Local de Exercício - ALE definido como vantagem de caráter geral.	ARE 640.182/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 429
—	-	Requisitos legais diferenciados para a concessão de pensão por morte em relação a cônjuges homens e mulheres de ex-servidores públicos.	RE 659.424/RS RG Reconhecida			Tema 457

—	-	Cobrança de pedágio intermunicipal sem disponibilização de via alternativa.	RE 645.181/SC RG Reconhecida			Tema 513
—	-	Aumento da carga horária de servidores públicos, sem a devida contraprestação remuneratória.	ARE 660.010/PR RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	I - A ampliação de jornada de trabalho sem alteração da remuneração do servidor consiste em violação da regra constitucional da irredutibilidade de vencimentos; II - No caso concreto, o § 1º do art. 1º do Decreto estadual 4.345, de 14 de fevereiro de 2005, do Estado do Paraná não se aplica aos servidores elencados em seu caput que, antes de sua edição, estavam legitimamente submetidos a carga horária semanal inferior a quarenta horas.		Tema 514
—	-	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.	RE 612.707/SP RG Reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16	Tema 521
—	-	Direito adquirido ao recebimento de salário-família em face de alteração promovida pela EC 20/98.	RE 657.989/RS RG Reconhecida			Tema 543
—	-	Modificação ou revogação de lei municipal mediante decreto, por alegada contrariedade a lei federal.	RE 662.224/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 588
—	-	Equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas, com fundamento no princípio da isonomia.	RE 710.293/SC RG Reconhecida			Tema 600
—	-	Definição do montante remuneratório recebido por servidores públicos, para fins de incidência do teto constitucional.	RE 675.978/SP RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado	Subtraído o montante que exceder o teto e o subteto previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição, tem-se o valor para base de cálculo para a incidência do imposto de renda e da contribuição previdenciária.		Tema 639
—	-	Possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de autorização judicial para interceptação telefônica.	RE 625.263/PR RG Reconhecida			Tema 661
—	-	Constitucionalidade das modificações efetuadas na base de cálculo e na alíquota da contribuição ao PIS, destinada à composição do Fundo Social de Emergência e devida pelos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, no período de vigência do art. 72, V, do ADCT.	RE 578.846/SP RG Reconhecida Julgado			Tema 665
—	-	Validade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, nos termos do art. 1º da Lei 10.256/2001.	RE 718.874/RS RG Reconhecida Julgado	É constitucional formal e materialmente a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção.	Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16	Tema 669

—	-	Possibilidade de creditamento de ICMS em operação de aquisição de matéria-prima gravada pela técnica do diferimento.	RE 781.926/GO RG Reconhecida			Tema 694
—	-	Possibilidade de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em estado diverso daquele em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário.	RE 1.016.605/MG RG reconhecida			Tema 708
—	-	Limites territoriais da eficácia de decisão prolatada em ação coletiva.	ARE 796.473/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 715
—	-	Incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN).	ARE 784.854/CE RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 729
—	-	Retroatividade de lei posterior mais benéfica quanto à sanção de natureza administrativa aplicada em decorrência da prática de infração de trânsito.	RE 657.871/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 734
—	-	Incorporação do Adicional de Local de Exercício – ALE aos vencimentos dos policiais militares do Estado de São Paulo.	RE 731.333/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 750
—	-	Incorporação do valor integral da Gratificação de Atividade Policial – GAP ao salário-base dos policiais militares do Estado de São Paulo.	ARE 815.188/SP RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 753
—	-	Possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.	RE 670.422/RS RG Reconhecida			Tema 761
—	-	Extensão do adicional noturno a professores públicos estaduais, na forma em que foi previsto no estatuto dos servidores públicos civis do estado.	ARE 820.903/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 767
—	-	Incidência de contribuição previdenciária sobre a Gratificação Especial de Localidade – GEL, transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.	RE 814.204/AM RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 773
—	-	Incorporação do percentual de 50% da parcela autônoma ao vencimento básico de professores estaduais.	ARE 849.397/RS RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 789

—	-	Incidência de imposto de renda sobre juros de mora recebidos por pessoa física.	RE 855.091/RS RG Reconhecida			Tema 808
—	-	a) Cabimento de ação penal privada subsidiária da pública após o decurso do prazo previsto no art. 46 do Código de Processo Penal, na hipótese de o Ministério Público não oferecer denúncia, promover o arquivamento ou requisitar diligências externas no prazo legal; b) Ocorrência de prejudicialidade da queixa quando o Ministério Público, após o prazo legal para propositura da ação penal (art. 46 do CPP), oferecer denúncia, promover o arquivamento do inquérito ou determinar a realização de diligências externas.	ARE 859.251/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado			Tema 811
—	-	Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal.	RE 888.815/RS RG Reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16	Tema 822
—	-	Obrigatoriedade de inclusão da Caixa Econômica Federal como litisconsorte passiva necessária, e consequente competência da Justiça Federal para julgar a demanda, em ação de indenização por vícios na construção de imóvel adquirido no âmbito do programa governamental Minha Casa, Minha Vida.	ARE 891.653/MG RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 828
—	-	Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar reclamação trabalhista, fundada em contrato de trabalho regido pela CLT, na qual figura o Poder Público no polo passivo.	ARE 906.491/DF RG Reconhecida Julgado Transitado em julgado			Tema 853
—	-	Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	RE 736.090/SC RG Reconhecida			Tema 863
—	-	Natureza jurídica do auxílio-alimentação concedido a servidor público estadual pela Lei 794/1998 do Estado de Rondônia: se indenizatória ou remuneratória.	ARE 915.880/RO RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 875
—	-	Competência para remover ex officio servidor público municipal.	RE 844.252/AL RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 886
—	-	Cabimento de apelação contra decisão judicial que extingue execução fiscal de pequeno valor.	ARE 940.225/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 896

—	-	Cabimento de mandado de segurança contra decisão que julga embargos infringentes opostos em execução fiscal de pequeno valor.	ARE 963.889/RJ RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 898
—	-	Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro, que tipifica o crime de fuga do local do acidente.	RE 971.959/RS RG Reconhecida			Tema 907
—	-	Verificação da ocorrência de reestruturação remuneratória da carreira de servidores públicos para efeito de aplicação da orientação firmada no RE 561.836-RG/RN (Tema 5).	ARE 968.574/MT RG Inexistente Transitado em julgado			Tema 913
—	-	Extensão, por via judicial, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro do reajuste concedido pela Lei estadual 1.206/1987.	ARE 909.437/RJ RG reconhecida Julgado Transitado em julgado	Não é devida aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro a extensão do reajuste concedido pela Lei nº 1.206/1987, dispensando-se a devolução das verbas eventualmente recebidas até 01º.09.2016 (data da conclusão deste julgamento).		Tema 915
—	-	Inconstitucionalidade de lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa ou per capita em bases anuais na forma estabelecida pelo Decreto-Lei n. 406/1968 (recepcionado pela Constituição da República de 1988 com status de lei complementar nacional).	RE 940.769/RS RG reconhecida		Determinada a suspensão Nacional em 24/10/16	Tema 918
—	-	Tipicidade das condutas de estabelecer e explorar jogos de azar em face da Constituição da República de 1988. Recepção do "caput" do art. 50 do Decreto-Lei n. 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais).	RE 966.177/RS RG reconhecida			Tema 924
—	-	Possibilidade de a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, comprometer o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo art. 5º, inc. LVII, da Constituição da República.	ARE 964.246/SP RG reconhecida Julgado Transitado em julgado	A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal.		Tema 925
—	-	Balizas constitucionais para a majoração de alíquota de contribuição previdenciária de regime próprio de previdência social.	ARE 875.958/GO RG reconhecida		Determinada a Suspensão Nacional em 17/03/2017 - Comunicado Interno nº 20/17	Tema 933
—	-	Possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.	RE 1.014.286/SP RG reconhecida			Tema 942

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br